

# 2.º SUPLEMENTO

## SUMÁRIO

## GOVERNO DE MACAU

### GOVERNO DE MACAU

### Decreto-Lei n.º 44/87/M

de 29 de Junho

#### Decreto-Lei n.º 44/87/M:

Fixa os valores a atribuir às taxas devidas pelos actos previstos no Código de Propriedade Industrial.

#### Decreto-Lei n.º 45/87/M:

É aberto um crédito especial de \$ 8 173 800,00, destinado a dotar as rubricas da tabela da despesa corrente do orçamento geral em vigor.

#### Portaria n.º 63/87/M:

Autoriza a celebração de contrato com o arquitecto Eduardo Goulart de Medeiros para a execução da Revisão e conclusão do Plano de Pormenor da Vila da Taipa.

#### Portaria n.º 64/87/M:

Aprova o orçamento previsional do Fundo de Pensões de Macau para o ano de 1987.

#### Portaria n.º 65/87/M:

Reforça, por contrapartida, várias importâncias da tabela de despesas de capital do orçamento geral para o ano económico de 1987.

#### Portaria n.º 66/87/M:

Estabelece medidas sobre o exercício das funções de membros da Comissão de Fiscalização do Fundo de Pensões de Macau (FPM).

#### Portaria n.º 67/87/M:

Autoriza a celebração do contrato escrito com as firmas a quem foi adjudicado o fornecimento de fardamento às FSM para o biénio de 1987/1988.

Verificando-se a conveniência de fixar os valores a atribuir às taxas devidas pelos actos previstos no Código de Propriedade Industrial;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 40/87, de 27 de Janeiro, contempla já alguns dos actos que poderão ser praticados no âmbito da protecção de marcas em Macau;

Considerando ainda ser necessário adaptar à realidade económica de Macau a tabela n.º 6 a que se refere o artigo 255.º do Código de Propriedade Industrial;

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo de Macau decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, aprovado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º A tabela anexa ao presente diploma constituirá a tabela n.º 6 a que se refere o artigo 255.º do Código de Propriedade Industrial (C.P.I.).

Art. 2.º Pelos actos previstos no Código de Propriedade Industrial e, nomeadamente, no Decreto-Lei n.º 40/87, de 27 de Janeiro, são devidas as taxas constantes da tabela referida no artigo anterior.

Art. 3.º As taxas devem ser pagas na tesouraria da Direcção dos Serviços de Economia no prazo de dez dias a contar da notificação daqueles serviços.

Art. 4.º A tabela anexa ao presente diploma poderá ser alterada por portaria.

Art. 5.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Aprovado em 25 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

### Tabela n.º 6

— Registo Nacional de Marcas	
. Pedido por classe e por cada cinco produtos .....	200
. Registo .....	400
. Renovações .....	400
. Sobretaxa pela renovação dentro de 6 meses (50% da taxa em dívida) .....	
. Averbamento da Transmissão ou de licença de exploração .....	700
— Confirmações	
. Pedido .....	200
. Registo .....	400
. Renovações .....	400
— Extensões	
. Pedido .....	600
. Registo .....	1 200
— Série de Marcas	
. Pedido .....	500
. Registo .....	2 400
. Renovações .....	2 400
. Revalidações — o triplo da taxa em dívida	
— Outras Taxas	
. Certificados de registo .....	150
. Títulos .....	150
. Duplicados (dobro do Título) .....	300
. Averbamentos (modificações de nome, firma, denominação social ou outro elemento de identificação do titular ou do requerente) .....	300
. Publicações (p/pedido) .....	500

### Decreto-Lei n.º 45/87/M

de 29 de Junho

Nos termos das disposições legais em vigor, os municípios participam, por direito próprio, em 30% das receitas provenientes dos impostos directos.

Por outro lado, o Instituto de Acção Social de Macau, nos termos da Lei n.º 15/81/M, de 30 de Dezembro, participa em 30% do total das receitas arrecadadas em imposto do selo.

Sendo, portanto, necessário dotar duas rubricas da tabela de despesa corrente do orçamento geral em vigor, para pagamento a esses Organismos, das quantias correspondentes a 30% do excesso de cobrança nos impostos acima referidos no exercício de 1986;

Existindo recursos disponíveis;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo de Macau decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro, um crédito especial de \$8 173 800,00, destinado a dotar as seguintes rubricas da tabela de despesa corrente do orçamento geral em vigor:

### CAPÍTULO 12

#### Despesas comuns

04-00-00-00	— Transferências correntes:	
04-01-01-00	— Serviços Autónomos:	
04-01-01-00-10	— I. A. S. M.: Participação na receita do imposto de selo (excesso de cobrança) .....	\$2 638 600,00
04-01-03-00	— Câmaras Municipais	
04-01-03-00-02	— Leal Senado: Participação nas receitas dos impostos directos (excesso de cobrança) .....	\$5 535 200,00
		\$8 173 800,00

Art. 2.º Para contrapartida do crédito de que trata o artigo anterior, são utilizadas, ao abrigo do n.º 1 do artigo 22.º do mencionado Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro, disponibilidades de igual quantia a retirar da conta dos «salDOS das receitas sobre as despesas orçamentais».

Art. 3.º É elevada em \$8 173 800,00 a previsão da receita do código n.º 13-01-00-00 — «Outras receitas de capital — Saldos de anos económicos anteriores», do orçamento da receita para o corrente ano económico.

Aprovado em 25 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

### Portaria n.º 63/87/M

de 29 de Junho

Tendo sido autorizada a adjudicação da empreitada de «Revisão e conclusão do Plano de Pormenor da Vila da Taipa — P.I.U. — Vila da Taipa», ao arquitecto Eduardo Goulart de Medeiros, cujo prazo de execução se prolonga por mais de um ano económico, torna-se necessário garantir a respectiva cobertura financeira.

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, conjugado com o artigo 1.º da Portaria n.º 79/86/M, de 31 de Maio, o Secretário-Adjunto para a Economia, Finanças e Turismo determina:

Artigo 1.º É autorizada a celebração de contrato com o arquitecto Eduardo Goulartt de Medeiros para a execução da revisão e conclusão do Plano de Pormenor da Vila da Taipa, pelo montante de \$577 500,00 (quinhentas e setenta e sete mil e quinhentas) patacas, com o escalonamento que a seguir se indica:

1987 — \$144 375,00

1988 — \$433 125,00

Art. 2.º O encargo referente a 1987 é suportado pela verba do Capítulo 40 Investimentos do Plano, código económico 07-06-00-00, Acção 08.090.008.00, do orçamento geral do Território, para o corrente ano.

Art. 3.º O encargo relativo a 1988 será suportado pela verba correspondente, a inscrever no orçamento geral do Território desse ano.

Art. 4.º Os saldos que venham a apurar-se em cada ano, relativamente aos limites fixados no artigo 1.º, transitam, sem mais formalidades, para o ano económico seguinte.

Governo de Macau, aos 19 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Secretário-Adjunto para a Economia, Finanças e Turismo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

**Portaria n.º 64/87/M**

**de 29 de Junho**

Tendo sido apresentado pelo respectivo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Fundo de Pensões de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/87/M, de 13 de Janeiro, o orçamento daquela entidade autónoma;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade prevista nas alíneas b) e c) do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, aprovado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Encarregado do Governo de Macau manda:

Artigo 1.º Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte é aprovado, ficando a fazer parte integrante desta portaria, o orçamento previsional do Fundo de Pensões de Macau para o ano de 1987.

Art. 2.º O orçamento previsional executar-se-á a partir de 1 de Abril de 1987, sendo as receitas calculadas em \$ 41 769 600,00 e as despesas em igual montante.

Governo de Macau, aos 25 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*

**Portaria n.º 65/87/M**

**de 29 de Junho**

Reconhecendo-se a necessidade de reforçar várias dotações da tabela de despesa de capital do orçamento geral em vigor, consignadas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento de Administração para o ano em curso;

Existindo recursos disponíveis que podem servir de contrapartida;

Usando da faculdade que lhe é conferida pelas alíneas b) e c) do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, aprovado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Encarregado do Governo de Macau manda:

Artigo 1.º São reforçadas com as importâncias adiante indicadas as seguintes verbas da tabela de despesas de capital do orçamento geral para o ano económico de 1987:

**CAPÍTULO 40**

**Investimentos do Plano**

07-02-00-00 — Habitações .....	\$ 20 530 793,60
07-03-00-00 — Edifícios .....	\$ 74 510 344,60
07-06-00-00 — Construções diversas .....	\$ 4 160 224,20
	<hr/>
	\$ 99 201 362,40

Art. 2.º Para contrapartida dos reforços de que trata o artigo anterior, são utilizadas as disponibilidades a retirar da mesma tabela orçamental de despesa:

**CAPÍTULO 40**

**Investimentos do Plano**

07-04-00-00 — Estradas e Pontes .....	\$ 31 592 562,40
07-05-00-00 — Portos .....	\$ 46 800 000,00
10-00-00-00-02 — Dotação provisional ....	\$ 20 808 800,00
	<hr/>
	\$ 99 201 362,40

Governo de Macau, aos 25 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

**Portaria n.º 66/87/M**

**de 29 de Junho**

Considerando o disposto no n.º 7 do artigo 11.º dos Estatutos do Fundo de Pensões de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/87/M, de 13 de Janeiro;

No uso da faculdade que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 1 e pelo n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Encarregado do Governo de Macau manda:

Artigo 1.º — 1. As condições de exercício das funções de membros da Comissão de Fiscalização do Fundo de Pensões de Macau (FPM) obedecerão ao disposto nos Estatutos

aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/87/M, de 13 de Janeiro, e nesta portaria.

2. O presidente e os vogais da Comissão de Fiscalização terão direito, a receber, respectivamente, três mil e duas mil e quinhentas patacas mensais.

Art. 2.º — 1. Os membros da Comissão de Fiscalização do Fundo de Pensões de Macau podem ser livremente exonerados pelo Governador, a qualquer tempo, no decurso do respectivo mandato.

2. O mandato dos membros da Comissão de Fiscalização do Fundo de Pensões de Macau pode igualmente cessar por declaração do interessado, apresentada ao Governador com a antecedência mínima de 60 dias relativamente à data em que pretenda deixar de exercer funções.

Art. 3.º A presente portaria produz efeitos desde 26 de Maio de 1987.

Governo de Macau, aos 25 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

**Portaria n.º 67/87/M**

**de 29 de Junho**

Com vista à manutenção dos padrões e controlo de qualidade foi lançado o concurso público n.º 1/87/FSM, para a execução do fardamento para as forças militarizadas e Corpo de Bombeiros, no biénio 87/88.

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau e atento o n.º 2 do mesmo artigo, o Encarregado do Governo de Macau de-

termina:

Artigo 1.º É autorizada a celebração do contrato escrito com as firmas a quem foi adjudicado o fornecimento de fardamento às FSM para o biénio de 1987/88, com o escalonamento a seguir e até ao montante global de \$ 5 265 584,60:

a) Sapataria San Kei .....	\$1 199 700,00
1987 .....	\$ 451 350,00
1988 .....	\$ 748 350,00
b) Alfaiataria Man Va .....	\$2 708 204,10
1987 .....	\$1 543 551,20
1988 .....	\$1 164 652,90
c) Alfaiataria António Manuel .....	\$ 697 410,50
1987 .....	\$ 429 423,00
1988 .....	\$ 267 987,50
d) Alfaiataria Pang Man .....	\$ 660 270,00
1987 .....	\$ 91 300,80
1988 .....	\$ 568 969,20

Art. 2.º Os encargos para o corrente ano serão suportados pelas disponibilidades do Capítulo 28 do OGT em vigor.

Art. 3.º Os encargos referentes ao ano de 1988 serão suportados pela verba correspondente a inscrever no OGT do próximo ano.

Governo de Macau, aos 26 de Junho de 1987.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

PREÇO DESTE SUPLEMENTO \$ 3,20

正 毫 二 元 三 銀 價 張 本

IMPRESA OFICIAL DE MACAU